



# **Declaração de Práticas de Negócio da Autoridade de Registro CERT-K CERTIFICAÇÃO DIGITAL**

**Versão 1.0**  
**Outubro 2019**



## AR CERT-K CERTIFICAÇÃO DIGITAL

### Declaração de Práticas de Negócio

#### SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	4
1.1	VISÃO GERAL .....	4
1.2	COMUNIDADE E APLICABILIDADE .....	4
1.2.1.	AUTORIDADE DE REGISTRO - AR .....	4
1.2.1.1	DADOS DA AUTORIDADE DE REGISTRO .....	4
1.3	APLICABILIDADE.....	4
2	DISPOSIÇÕES GERAIS .....	5
2.1	OBRIGAÇÕES DAS AUTORIDADES DE REGISTRO – AR .....	5
3	IDENTIFICAÇÃO E AUTENTICAÇÃO .....	5
3.1	REGISTRO INICIAL .....	6
3.1.1	DISPOSIÇÕES GERAIS .....	6
3.1.2	AUTENTICAÇÃO DA IDENTIDADE DE UM INDIVÍDUO.....	6
3.1.2.1	DOCUMENTOS PARA EFEITOS DE IDENTIFICAÇÃO DE UM INDIVÍDUO.....	6
3.1.3	AUTENTICAÇÃO DA IDENTIDADE DE UMA ORGANIZAÇÃO .....	7
3.1.3.1	DISPOSIÇÕES GERAIS .....	7
3.1.3.2	DOCUMENTOS PARA EFEITOS DE IDENTIFICAÇÃO DE UMA ORGANIZAÇÃO .....	8
3.1.3.3	INFORMAÇÕES CONTIDAS NO CERTIFICADO EMITIDO PARA UMA ORGANIZAÇÃO .....	8
3.1.4	AUTENTICAÇÃO DA IDENTIDADE DE EQUIPAMENTO, APLICAÇÃO OU CÓDIGO .....	9
3.1.4.1	DISPOSIÇÕES GERAIS .....	9
3.2	SOLICITAÇÃO DE REVOGAÇÃO .....	9
4	REVOGAÇÃO DE CERTIFICADO .....	10
4.1	CIRCUNSTÂNCIAS PARA REVOGAÇÃO .....	10
4.2	QUEM PODE SOLICITAR A REVOGAÇÃO .....	11
4.3	PROCEDIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE REVOGAÇÃO .....	11
4.4	PRAZO PARA SOLICITAÇÃO DE REVOGAÇÃO .....	12
5	REQUISITOS DE TREINAMENTO.....	12
5.1	FREQUÊNCIA E REQUISITOS PARA RECICLAGEM TÉCNICA.....	12
6	LISTA DE ACRÔNIMOS .....	12



## CONTROLE DE ALTERAÇÕES

Responsável	Descrição	Item alterado	Versão	Data
Compliance	Versão Inicial		1.0	22/10/2019



## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 VISÃO GERAL

Esta Declaração de Práticas de Negócio (DPN) constitui as práticas de negócio, obrigatoriamente observados pela Autoridade Certificadora Consulti Brasil RFB – AC CONSULTI BRASIL RFB, integrante da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil e descreve as práticas e os procedimentos utilizados pela AR CERT-K CERTIFICAÇÃO DIGITAL na execução de seus serviços.

### 1.2 COMUNIDADE E APLICABILIDADE

#### 1.2.1. AUTORIDADE DE REGISTRO - AR

##### 1.2.1.1 DADOS DA AUTORIDADE DE REGISTRO

Os processos de recebimento, validação e encaminhamento de solicitações de emissão ou de revogação de certificados digitais e de identificação de seus solicitantes, são de competência das Autoridades de Registro (ARs).

Abaixo seguem dos dados da Autoridade de Registro:

RAZÃO SOCIAL: K DE P PESTANA EIRELI

NOME DA AR: CERT-K CERTIFICAÇÃO DIGITAL

ENDEREÇO COMPLETO: TRAVESSA CARVALHINHO, 45, PRAINHA, PEDREIRAS-MA

SITE: [www.cert-k.com.br](http://www.cert-k.com.br)

COORDENADOR DA AR: KAYRO DE PAIVA PESTANA

Telefone: (99) 98276-0495

E-mail: [kayrodepaiva@hotmail.com](mailto:kayrodepaiva@hotmail.com)

### 1.3 APLICABILIDADE

A CERT-K CERTIFICAÇÃO DIGITAL pratica as seguintes Políticas de Certificado Digital:

Política de Certificado	Nome conhecido	OID
Política de Certificado de Assinatura Digital tipo A1 da AC CONSULTI BRASIL RFB	<a href="#">PC AC CONSULTI BRASIL RFB A1</a>	Informado pela ICP-Brasil
Política de Certificado de Assinatura Digital tipo A3 da AC CONSULTI BRASIL RFB	<a href="#">PC AC CONSULTI BRASIL RFB A3</a>	Informado pela ICP-Brasil



As PCs correspondentes estão relacionadas às aplicações para as quais são adequados os certificados validados pela CERT-K CERTIFICAÇÃO DIGITAL e, quando cabíveis, as aplicações para as quais existam restrições ou proibições para o uso desses certificados.

## **2 DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **2.1 OBRIGAÇÕES DAS AUTORIDADES DE REGISTRO – AR**

As obrigações das ARs vinculadas são as abaixo relacionadas:

- a) receber solicitações de emissão ou de revogação de certificados;
- b) confirmar a identidade do solicitante e a validade da solicitação;
- c) encaminhar a solicitação de emissão ou de revogação de certificado à AC CONSULTI BRASIL RFB utilizando protocolo de comunicação seguro, conforme padrão definido no documento CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DE SEGURANÇA PARA AS AR DA ICP BRASIL [1];
- d) informar aos respectivos titulares a emissão ou a revogação de seus certificados;
- e) disponibilizar os certificados emitidos pela AC CONSULTI BRASIL RFB aos seus respectivos solicitantes;
- f) identificar e registrar todas as ações executadas, conforme as normas, práticas e regras estabelecidas pelo CG da ICP-Brasil;
- g) manter a conformidade dos seus processos, procedimentos e atividades com as normas, critérios, práticas e regras estabelecidas pela AC CONSULTI BRASIL RFB e pela ICP-Brasil, em especial com o contido no documento CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DE SEGURANÇA PARA AS AR DA ICP-BRASIL [1];
- h) manter e garantir a segurança da informação por ela tratada, de acordo com o estabelecido nas normas, critérios, práticas e procedimentos da ICP-Brasil;
- i) manter e testar anualmente seu Plano de Continuidade do Negócio - PCN;
- j) proceder o reconhecimento das assinaturas e da validade dos documentos apresentados na forma dos itens 3.1.9, 3.1.10 e 3.1.11;
- k) garantir que todas as aprovações de solicitação de certificados sejam realizadas em instalações técnicas autorizadas a funcionar como AR vinculadas credenciadas.

## **3 IDENTIFICAÇÃO E AUTENTICAÇÃO**



### **3.1 REGISTRO INICIAL**

#### **3.1.1 DISPOSIÇÕES GERAIS**

3.1.1.1 A CERT-K CERTIFICAÇÃO DIGITAL utiliza os seguintes requisitos e procedimentos para realização dos seguintes processos:

**a) VALIDAÇÃO DA SOLICITAÇÃO DE CERTIFICADO** – compreende as etapas abaixo, realizadas mediante a presença física do interessado, com base nos documentos de identificação citados nos itens 3.1.9, 3.1.10 e 3.1.11:

I – Confirmação da identidade de um indivíduo: comprovação de que a pessoa que se apresenta como titular do certificado de pessoa física é realmente aquela cujos dados constam na documentação apresentada, vedada qualquer espécie de procuração para tal fim. No caso de pessoa jurídica, comprovar que a pessoa física que se apresenta como a sua representante é realmente aquela cujos dados constam na documentação apresentada, admitida a procuração apenas se o ato constitutivo previr expressamente tal possibilidade, devendo-se, para tanto, revestir-se da forma pública, com poderes específicos para atuar perante a ICPBrasil e com prazo de validade de até 90 (noventa) dias. O responsável pela utilização do certificado digital de pessoa jurídica deve comparecer presencialmente, vedada qualquer espécie de procuração para tal fim.

II – Confirmação da identidade de uma organização: comprovação de que os documentos apresentados referem-se, efetivamente à pessoa jurídica titular do certificado e de que a pessoa que se apresenta como representante legal da pessoa jurídica realmente possui tal atribuição;

III – Emissão do certificado: conferência dos dados da solicitação do certificado com os constantes nos documentos apresentados e liberação da emissão do certificado no sistema da AC.

#### **3.1.2 AUTENTICAÇÃO DA IDENTIDADE DE UM INDIVÍDUO**

A confirmação da identidade é realizada mediante a presença física do interessado, com base em documentos de identificação legalmente aceitos.

##### **3.1.2.1 DOCUMENTOS PARA EFEITOS DE IDENTIFICAÇÃO DE UM INDIVÍDUO**

Durante a solicitação dos certificados e-CPF é realizada consulta da situação cadastral do solicitante mediante numero de CPF cadastrado através da RFB e consultado nesta base, conforme art. 6º da Instrução Normativa SRF N° 222. Se o CPF informado for inexistente ou se a pessoa física apresentar a condição de CANCELADA ou NULA, a solicitação não será enviada à AC CONSULTI BRASIL RFB.



Deverá ser apresentada a seguinte documentação, em sua versão original, para fins de identificação de um indivíduo solicitante de certificado:

- a) Cédula de Identidade ou Passaporte, se brasileiro;
- b) Carteira Nacional de Estrangeiro – CNE, se estrangeiro domiciliado no Brasil;
- c) Passaporte, se estrangeiro não domiciliado no Brasil;
- d) Caso os documentos acima tenham sido expedidos há mais de 5 (cinco) anos ou não possuam fotografia, uma foto colorida recente ou documento de identidade com foto colorida, emitido há no máximo 5 (cinco) anos da data da validação presencial;
- e) Comprovante de residência ou domicílio, emitido há no máximo 3 (três) meses da data da validação presencial;
- f) não se aplica.

**NOTA 1:** Entende-se como cédula de identidade os documentos emitidos pelas Secretarias de Segurança Pública bem como os que, por força de lei, equivalem a documento de identidade em todo o território nacional, desde que contenham fotografia.

**NOTA 2:** Entende-se como comprovante de residência ou de domicílio contas de concessionárias de serviços públicos, extratos bancários ou contrato de aluguel onde conste o nome do titular; na falta desses, declaração emitida pelo titular ou seu empregador.

**NOTA 3:** A emissão de certificados em nome dos absolutamente incapazes e dos relativamente incapazes observará o disposto na lei vigente.

**NOTA 4:** Para a identificação de indivíduo na emissão de certificado que integra o Documento RIC, deverá ser observado o disposto no item 3.1.1.6.

**NOTA 5:** Caso não haja suficiente clareza no documento apresentado, a AR deve solicitar outro documento, preferencialmente a Carteira Nacional de Habilitação - CNH ou o Passaporte Brasileiro.

**NOTA 6:** Deverão ser consultadas as bases de dados dos órgãos emissores da Carteira Nacional de Habilitação, e outras verificações documentais expressas no item 7 do documento CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DE SEGURANÇA PARA AS AR DA ICP BRASIL [1].

**NOTA 7:** Caso haja divergência dos dados constantes do documento de identidade, a emissão do certificado digital deverá ser suspensa e o solicitante orientado a regularizar sua situação junto ao órgão responsável.

### **3.1.3 AUTENTICAÇÃO DA IDENTIDADE DE UMA ORGANIZAÇÃO**

#### **3.1.3.1 DISPOSIÇÕES GERAIS**

A confirmação da identidade de uma pessoa jurídica é feita mediante consulta as bases de dados da RFB.



Em sendo o titular do certificado pessoa jurídica, será designado o representante legal da pessoa jurídica como responsável pelo certificado, que será o detentor da chave privada.

Deverá ser feita a confirmação da identidade da organização e das pessoas físicas, nos seguintes termos:

- a) Apresentação do rol de documentos elencados no item 3.1.10.2;
- b) Apresentação do rol de documentos elencados no item 3.1.9.1 do(s) representante(s) legal(is) da pessoa jurídica e do responsável pelo uso do certificado; e
- c) Presença física dos representantes legais e do responsável pelo uso do certificado, e assinatura do termo de titularidade de que trata o item 4.1.1.

### **3.1.3.2 DOCUMENTOS PARA EFEITOS DE IDENTIFICAÇÃO DE UMA ORGANIZAÇÃO**

Durante a solicitação de certificado e-CNPJ é realizada consulta à situação cadastral do CNPJ junto ao cadastro da RFB. Se o CNPJ estiver INAPTO, CANCELADO, BAIXADO, NULO ou SUSPENSO – situações que impedem o fornecimento do certificado - a solicitação não poderá ser enviada para a AC CONSULTI BRASIL RFB. A confirmação da identidade de uma pessoa jurídica deverá ser feita mediante a apresentação de, no mínimo, os seguintes documentos:

#### **a) Relativos à sua habilitação jurídica:**

I – Se pessoa jurídica criada ou autorizada por lei, cópia do ato constitutivo e CNPJ;

II – Se entidade privada:

- 1) Ato constitutivo, devidamente registrado no órgão competente; e
- 2) Documentos da eleição de seus administradores, quando aplicável.

#### **b) Relativos a sua habilitação fiscal:**

I – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ; ou

II – Prova de inscrição no Cadastro Específico do INSS – CEI.

### **3.1.3.3 INFORMAÇÕES CONTIDAS NO CERTIFICADO EMITIDO PARA UMA ORGANIZAÇÃO**

É obrigatório o preenchimento dos seguintes campos do certificado de uma pessoa jurídica, com as informações constantes nos documentos apresentados:

- a) Nome empresarial constante do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, sem abreviações;
- b) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);



- c) Nome completo do responsável pelo certificado, sem abreviações;
- d) Data de nascimento do responsável pelo certificado.

Cada PC pode definir como obrigatório o preenchimento de outros campos ou o responsável pelo certificado poderá, a seu critério e mediante declaração expressa no termo de titularidade, solicitar o preenchimento de campos do certificado suas informações pessoais, conforme item 3.1.9.2.

### **3.1.4 AUTENTICAÇÃO DA IDENTIDADE DE EQUIPAMENTO, APLICAÇÃO OU CÓDIGO**

#### **3.1.4.1 DISPOSIÇÕES GERAIS**

Em se tratando de certificado emitido para equipamento, aplicação ou assinatura de código, o titular será a pessoa física ou jurídica solicitante do certificado, que deverá indicar o responsável pela chave privada.

Para um certificado e-Servidor deverá ser emitida autorização pelo representante legal da pessoa jurídica perante o CNPJ e também pelo responsável pelo endereço *Domain Name Service* - DNS, em nome de um representante da empresa que será o responsável pelo certificado.

Para um certificado e-Aplicação ou e-Código deverá ser emitida autorização do representante legal da pessoa jurídica perante o CNPJ em nome de um representante da empresa que será o responsável pelo certificado.

Se o titular for pessoa física, deverá ser feita a confirmação de sua identidade na forma do item 3.1.9.1 e esta assinará o termo de titularidade de que trata o item 4.1.1.

3.1.11.1.3 Se o titular for pessoa jurídica, deverá ser feita a confirmação da identidade da organização e das pessoas físicas, nos seguintes termos:

- a) Apresentação do rol de documentos elencados no item 3.1.10.2;
- b) Apresentação do rol de documentos elencados no item 3.1.9.1 do(s) representante(s) legal(is) da pessoa jurídica e do responsável pelo uso do certificado;
- c) Presença física do responsável pelo uso do certificado e assinatura do termo de titularidade de que trata o item 4.1.1; e
- d) Presença física do(s) representante(s) legal(is) da pessoa jurídica e assinatura do termo de titularidade de que trata o item 4.1.1, ou outorga de procuração atribuindo poderes para solicitação de certificado para equipamento ou aplicação e assinatura do respectivo termo de titularidade.

### **3.2 SOLICITAÇÃO DE REVOGAÇÃO**



A solicitação de revogação de certificado é feita através de formulário específico, permitindo a identificação inequívoca do solicitante. A confirmação da identidade do solicitante é feita com base na confrontação de dados entre a solicitação de revogação e a solicitação de emissão.

## **4 REVOGAÇÃO DE CERTIFICADO**

### **4.1 CIRCUNSTÂNCIAS PARA REVOGAÇÃO**

Neste item, a DPC caracteriza as circunstâncias nas quais um certificado poderá ser revogado.

Um certificado é obrigatoriamente revogado nas seguintes circunstâncias:

- a) Quando constatada emissão imprópria ou defeituosa do mesmo;
- b) Quando for necessária a alteração de qualquer informação constante no mesmo;
- c) No caso de perda, roubo, modificação, acesso indevido ou comprometimento da chave privada correspondente ou da sua mídia armazenadora;
- d) No caso de perda, roubo, acesso indevido, comprometimento ou suspeita de comprometimento da chave privada correspondente à pública contida no certificado ou da sua mídia armazenadora;
- e) No caso de falecimento do titular - pessoas físicas;
- f) No caso de mudança na razão ou denominação social do titular - equipamentos, aplicações e pessoas jurídicas;
- g) No caso de extinção, dissolução ou transformação do titular do certificado - equipamentos, aplicações e pessoas jurídicas;
- h) No caso de falecimento ou demissão do responsável - equipamentos, aplicações e pessoas jurídicas; ou
- i) Por decisão judicial.

Deve-se observar ainda que:

- a) A AC CONSULTI BRASIL RFB revogará, no prazo definido no item 4.4.3, o certificado da entidade que deixar de cumprir as políticas, normas e regras estabelecidas para a ICP-Brasil;
- b) O CG da ICP-Brasil determinará a revogação do certificado da AC que deixar de cumprir a legislação vigente ou as políticas, normas, práticas e regras estabelecidas para a ICP-Brasil.
- c) A AC RFB determinará a revogação do certificado da AC CONSULTI BRASIL RFB caso esta deixe de cumprir as normas, práticas e regras estabelecidas pela AC RFB.



## **4.2 QUEM PODE SOLICITAR A REVOGAÇÃO**

A revogação de um certificado somente pode ser solicitada:

- a) Pelo titular do certificado;
- b) Pelo responsável pelo certificado, no caso de certificado de equipamentos, aplicações, assinaturas de códigos e pessoas jurídicas;
- c) Por empresa ou órgão, quando o titular do certificado fornecido por essa empresa ou órgão for seu empregado, funcionário ou servidor;
- d) Pela AC CONSULTI BRASIL RFB;
- e) Pela AC RFB;
- f) Pela AR Vinculada; ou
- g) Por determinação do CG da ICP-Brasil ou da AC Raiz.

## **4.3 PROCEDIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE REVOGAÇÃO**

Para solicitar a revogação é necessário o envio à AC CONSULTI BRASIL RFB ou à AR vinculada de um formulário disponibilizado pela AC CONSULTI BRASIL RFB no site [www.acconsultibrasil.com.br](http://www.acconsultibrasil.com.br), preenchido com os dados do solicitante, o número de série do certificado e a indicação do motivo da solicitação. A AC CONSULTI BRASIL RFB garante que todos agentes habilitados podem, facilmente e a qualquer tempo, solicitar a revogação de seus respectivos certificados conforme o item 4.4.2.

Como diretrizes gerais:

- a) O solicitante da revogação de um certificado é identificado;
- b) As solicitações de revogação, bem como as ações delas decorrentes são registradas e armazenadas;
- c) As justificativas para a revogação de um certificado são documentadas;
- d) O processo de revogação de um certificado termina com a geração e a publicação de uma LCR que contém o certificado revogado e com a atualização da situação do certificado nas bases de dados da AC CONSULTI BRASIL RFB de consulta OCSP, quando aplicável.

O prazo máximo admitido para a conclusão do processo de revogação de certificado, após o recebimento da respectiva solicitação, para todos os tipos de certificado previstos pela ICP-Brasil é de 12 (doze) horas.

A AC CONSULTI BRASIL RFB responde plenamente por todos os danos causados pelo uso



de um certificado no período compreendido entre a solicitação de sua revogação e a emissão da correspondente LCR.

#### **4.4 PRAZO PARA SOLICITAÇÃO DE REVOGAÇÃO**

4.4.4.1 A solicitação de revogação deve ser imediata quando configuradas as circunstâncias definidas no item 4.4.1.

4.4.4.2 O prazo máximo para a aceitação do certificado por seu titular, dentro do qual a revogação desse certificado pode ser solicitada sem cobrança de tarifa pela AC CONSULTI BRASIL RFB é de 3 (três) dias.

### **5 REQUISITOS DE TREINAMENTO**

Todo o pessoal da CERT-K CERTIFICAÇÃO DIGITAL envolvidos em atividades diretamente relacionadas com os processos de emissão de certificados recebe treinamento documentado, suficiente para o domínio dos seguintes temas:

- a) Princípios e mecanismos de segurança da AC CONSULTI BRASIL RFB e das AR vinculadas;
- b) Sistema de certificação em uso na AC CONSULTI BRASIL RFB;
- c) Procedimentos de recuperação de desastres e de continuidade do negócio;
- d) Reconhecimento de assinaturas e validade dos documentos apresentados, na forma do item 3.1.9 e 3.1.10 e 3.1.11; e
- e) Outros assuntos relativos a atividades sob sua responsabilidade.

#### **5.1 FREQUÊNCIA E REQUISITOS PARA RECICLAGEM TÉCNICA**

Todo o pessoal da CERT-K CERTIFICAÇÃO DIGITAL envolvidos em atividades diretamente relacionadas com os processos de emissão, expedição, distribuição, revogação e gerenciamento de certificados é mantido atualizado sobre eventuais mudanças tecnológicas nos sistemas da AC CONSULTI BRASIL RFB e da(s) AR(s) Vinculada(s).

### **6 LISTA DE ACRÔNIMOS**

<b>AC</b>	Autoridade Certificadora
<b>AC Raiz</b>	Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil
<b>AR</b>	Autoridades de Registro
<b>CEI</b>	Cadastro Específico do INSS



<b>CG</b>	Comitê Gestor
<b>CMM-SEI</b>	<i>Capability Maturity Model do Software Engineering Institute</i>
<b>CMVP</b>	<i>Cryptographic Module Validation Program</i>
<b>CN</b>	Common Name
<b>CNE</b>	Carteira Nacional de Estrangeiro
<b>CNPJ</b>	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas -
<b>COBIT</b>	<i>Control Objectives for Information and related Technology</i>
<b>COSO</b>	<i>Comitee of Sponsoring Organizations</i>
<b>CPF</b>	Cadastro de Pessoas Físicas
<b>DMZ</b>	Zona Desmilitarizada
<b>DN</b>	<i>Distinguished Name</i>
<b>DPC</b>	Declaração de Práticas de Certificação
<b>ICP-Brasil</b>	Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira
<b>IDS</b>	Sistemas de Detecção de Intrusão
<b>IEC</b>	<i>International Electrotechnical Commission</i>
<b>ISO</b>	<i>International Organization for Standardization</i>
<b>ITSEC</b>	<i>European Information Technology Security Evaluation Criteria</i>
<b>ITU</b>	<i>International Telecommunications Union</i>
<b>LCR</b>	Lista de Certificados Revogados
<b>NBR</b>	Norma Brasileira
<b>NIS</b>	Número de Identificação Social
<b>NIST</b>	<i>National Institute of Standards and Technology</i>
<b>OCSP</b>	<i>Online Certificate Status Protocol</i>
<b>OID</b>	<i>Object Identifier</i>
<b>OU</b>	<i>Organization Unit</i>
<b>PASEP</b>	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
<b>PC</b>	Políticas de Certificado
<b>PCN</b>	Plano de Continuidade de Negócio
<b>PIS</b>	Programa de Integração Social
<b>POP</b>	<i>Proof of Possession</i>
<b>PS</b>	Política de Segurança
<b>PSS</b>	Prestadores de Serviço de Suporte
<b>RFC</b>	<i>Request For Comments</i>
<b>RG</b>	Registro Geral
<b>SNMP</b>	<i>Simple Network Management Protocol</i>
<b>TCSEC</b>	<i>Trusted System Evaluation Criteria</i>
<b>TSDM</b>	<i>Trusted Software Development Methodology</i>
<b>UF</b>	Unidade de Federação
<b>URL</b>	<i>Uniform Resource Location</i>